

Primeira parte - O Cebrap nos anos 70

As ciências sociais no Brasil na década de 70

Bernardo Sorj

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

SORJ, B. *A construção intelectual do Brasil contemporâneo: da resistência à ditadura ao governo FHC* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. O Cebrap nos anos 70: As ciências sociais no Brasil na década de 70. pp. 63-75. ISBN: 978-85-99662-47-2. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

V. As ciências sociais no Brasil na década de 70

A caracterização das ciências sociais no Brasil no período pós-64 é fundamental para compreender o impacto do Cebrap, seja pelo público-alvo ao qual dirigiu sua produção, seja pelas tendências gerais que perpassaram a produção das ciências sociais no país.

Nos primeiros anos do regime militar, no período que se estende entre 1964 e 1969, os prognósticos pessimistas sobre o fechamento da vida intelectual pareciam confirmar-se. As cassações de professores universitários logo depois do golpe, e posteriormente, com impacto ainda maior, aquelas que se seguiram ao AI-5, levou a pensar que as ciências sociais sofreriam um retrocesso. Nesse mesmo período é aplicada a reforma universitária, com assessoria norte-americana e contra a vontade da comunidade acadêmica.

Embora importantes, esses fenômenos não chegaram a abalar fundamentalmente o desenvolvimento das ciências sociais, ainda que certos centros universitários como a USP e particularmente a UFRJ, possam ter sofrido com as cassações de importantes professores. Isto, em primeiro lugar, porque um grande número dos cientistas sociais cassados permaneceu no país, inclusive auto-organizados em centros como o Cebrap, e, em segundo lugar, nenhuma instituição chegou a ser fechada ou totalmente esvaziada, permanecendo nos seus cargos boa parte do quadro docente.

Por sua vez, a reforma universitária, associada com o governo militar, e cujas conseqüências exigiriam uma análise separada, teve dois efeitos importantes: (a) acabou com as antigas estruturas hierárquicas baseadas na autoridade dos catedráticos, aumentando o nível de “igualdade” e participação do corpo docente e limitando

assim a cristalização de lideranças intelectuais, e portanto, a formação de escolas (“Em vários setores da USP — depois de uma luta árdua — conseguimos finalmente abolir a cátedra. O que aconteceu? Todo mundo virou catedrático.”, J.A. Giannotti, Andes, 1984, p.67), e (b) através dos ciclos básicos promoveu a contratação maciça de professores cujas qualificações eram limitadas, porém ideologicamente radicalizados. A partir dessa situação, e no contexto do período, esses ciclos básicos adquiriram traços e “ideologias” próprias. Pinguelli Rosa distinguia três setores ou camadas de professores universitários: 1) o setor arcaico, pré-68, burocrático; 2) um setor moderno surgido pós-68, com auxílio do BNDE e da Finep e 3) um setor de novos assistentes e colaboradores enquadrados sumariamente, com formação incompleta e sem condições de realizar pesquisas de bom nível. (Andes, *ibid.* p.92-3).

O público do Cebrap

No regime autoritário, especialmente no período 1964-74, a eliminação dos canais políticos tradicionais e a censura nos meios de comunicação fizeram com que a universidade passasse a funcionar como sucedâneo de espaço de encontro, agitação e doutrinação, e os intelectuais mais representativos aparecessem como encarnação das demandas e personificação da vontade crítica da sociedade civil. A universidade no período pré-69 se transformou num dos principais centros de agitação e recrutamento dos partidos de esquerda clandestinos.

Com a eclosão das guerrilhas e seu isolamento do resto da sociedade, a universidade permaneceu como um dos únicos pontos de referência e de ação política desses grupos. A derrota da guerrilha diminuiu ainda mais a influência das organizações políticas de esquerda, ficando sua presença na universidade muito diluída e mantendo-se somente ao nível das lideranças estudantis e esparsamente no corpo docente.

A distensão primeiro e a abertura depois modificaram radicalmente o quadro descrito anteriormente. Num primeiro momento,

no período que se estende entre 1974-79, em que a sociedade civil começa a se reorganizar porém sem chegar a se cristalizar politicamente, a universidade ocupou um lugar central como lócus da crítica ao regime. Nesse contexto, as reuniões da SBPC foram uma das expressões mais importantes desta nova situação.

A partir da abertura, o contexto político e intelectual mudou rapidamente. Enquanto a repressão gerava afinidades de temas e inclusive um forte sentimento de unidade, a liberalização do regime dissolvia intelectualmente e fragmentava politicamente a universidade, enquanto surgiam outras fontes de oposição. O melhor sintoma dessas transformações se observa nas trajetórias dos jornais de oposição, ou imprensa “nanica”. Esta, mesmo enfrentando uma censura feroz, conseguiu sobreviver à repressão. A abertura, com a qual essas publicações esperavam florescer e chegar a amplas massas já sem censura, significou o fechamento de todas elas.

O processo de expansão do sistema universitário, num contexto em que o regime autoritário se achava ideologicamente isolado e a universidade hiperpolitizada pelo “entupimento” de outros canais, produziu naturalmente certos “desvios” no funcionamento da docência. Particularmente aqueles núcleos de novos professores com limitado preparo profissional e pobre formação acadêmica transformaram o ensino — especialmente em torno dos ciclos básicos —, em cursos de introdução aos conceitos elementares do marxismo, que na verdade pouco mais eram do que uma mistura de denúncia social e de vulgata do materialismo histórico.

Nos anos 70 foi reduzida a integração dos cientistas sociais com os partidos políticos, ao mesmo tempo que no nível acadêmico deu-se um processo de marxistização das ciências sociais. À medida que avançava a luta pela democracia, a esquerda se liberalizava — isto é, descobria o tema da democracia —, e os liberais se esquerdizavam — isto é, descobriam os temas da desigualdade social.

O recrutamento maciço de professores pouco qualificados e politicamente radicalizados explica por que a absorção dos trabalhos do Cebrap tenha sido feita de forma simplificada, o que levou a José A. Giannotti a falar do marxismo dos cientistas sociais como “funcionalismo tingido de vermelho” ou, na análise de Eunice

Durham (1984) sobre a marxistização da antropologia: “De modo geral, continuou-se a fazer pesquisa como a faziam os funcionalistas, mas tratando de encontrar ‘ganchos’ que permitissem interpretar os resultados com conceitos como modo de produção, relações de produção, relações de trabalho e luta de classes” (p.8).

O Cebrap encontrou portanto condições muito propícias para o seu desenvolvimento, tanto intelectuais como institucionais. O Brasil nos anos 70 e 80, ao contrário dos outros regimes autoritários do Cone Sul, viveu um florescimento das ciências sociais. O regime autoritário, mesmo ao isolar a universidade do resto da sociedade, colaborou de certa forma no processo de institucionalização das ciências sociais. Deu-lhe um alvo de crítica: a ditadura; um objetivo: a democracia, e aumentou sua coesão interna pelo isolamento da vida universitária devido à repressão política. O poder central manteve sem dúvida um efeito intimidatório e certa capacidade de censura e repressão sobre a vida acadêmica, mas no cotidiano sua capacidade de ingerência era relativamente limitada.

Os anos 70 foram de crescimento acelerado do sistema universitário, tanto quantitativamente — o número de estudantes chegou a sextuplicar — como qualitativamente. Nesse período constitui-se o sistema nacional de pós-graduação e, junto com ele, um sistema de pesquisa universitária em praticamente todas as universidades importantes do país. A formação dos centros de pós-graduação foi acompanhada por uma maior delimitação entre as disciplinas e por um processo de profissionalização e de especialização.

Inclusive em países como Uruguai e Chile, onde os governos militares tentaram uma destruição sistemática do aparelho universitário, também avançou a tendência a uma maior profissionalização das ciências sociais em relação aos níveis de extrema politização nas situações anteriores aos golpes de estado.⁶ Processo inverso ao de muitas situações democráticas na América Latina, inclusive as anteriores aos golpes militares, onde não havia imposições autoritárias, mas os efeitos das lutas político-partidárias foram por vezes desintegradores da vida universitária.

Da pesquisa engajada à pesquisa contratada

Do momento em que a pós-graduação se transformou num pré-requisito da carreira universitária e da própria ascensão do corpo docente, o surgimento de centros de pós-graduação adquire um impulso próprio, como mostram os quadros seguintes:

Ano de surgimento dos cursos de pós-graduação em economia (membros da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Economia/Anpec)

Pré-66	66-68	69-71	72-74	75-77	78-80
1	2	1	5	2	3

Fonte: P. Malan, 1981

Ano de surgimento dos cursos de pós-graduação em sociologia

Pré-66	66-68	69-71	72-74	75-77	78-80	80-81
2	2	3	5	8	3	3

Fonte: S. Maranhão, 1981

Essa ampliação do sistema de pós-graduação foi acompanhada por um aumento de recursos de apoio à pesquisa e bolsas de pós-graduação, particularmente através da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (Capes) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Como mostram os quadros seguintes, o aumento dos recursos do CNPq para as ciências sociais foi maior do que para o conjunto das áreas científicas, o que reflete tanto o ponto inicial relativamente baixo do qual partiram as ciências sociais na distribuição de recursos em fins da década de 60 como o crescimento efetivo do apoio às ciências sociais, embora uma comparação rigorosa com as ciências *hard* só fosse possível se consideradas outras fontes

de financiamento — como a Finep ou ministérios — cujos recursos se orientam na quase totalidade para a pesquisa de impacto tecnológico.

Bolsas no país – CNPq (Cr\$ 1.000 a preço de 1983)

Ano	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983
Ciências humanas e sociais	712.803	966.875	1.082.990	1.281.255	1.298.464	1.504.385	2.191.381	1.851.258
TOTAL da SDC	7.341.338	9.529.018	11.377.492	12.365.126	11.101.515	10.132.827	11.770.858	8.657.134

Fonte: CNPq s/d

Bolsas no exterior – CNPq (Cr\$ 1.000 a preço de 1983)

Ano	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983
Ciências humanas e sociais	96.943	310.089	374.566	398.285	375.340	501.000	1.487.063	2.133.724
TOTAL da SDC	1.014.841	1.883.661	2.078.199	2.295.732	2.028.454	2.381.453	5.422.746	7.317.039

Fonte: CNPq s/d

A formação sistemática de cientistas sociais ao nível de pós-graduação gerou uma grande produção de teses de mestrado e, em menor medida, de doutorado, assim como a generalização da pesquisa de campo como forma privilegiada de trabalho profissional. A necessidade de financiar essas pesquisas, assim como a de empregar parte dos contingentes de egressos dos cursos de pós-graduação, foi de encontro a uma tendência no mesmo período de expansão e especialização dos aparelhos de Estado que produziu uma crescente demanda de estudos subcontratados pelo Estado ao mundo acadêmico. Assim, parte considerável das pesquisas realizadas na década de 70 foram financiadas por órgãos públicos, em busca de subsídios dos órgãos de planejamento do governo federal e estadual que se expandiram e consolidaram no período autoritário.

Embora os resultados dessas pesquisas fossem muitas vezes engavetados, a disposição dos governos estaduais, e mesmo federal, de empregar maciçamente os cientistas sociais, geralmente com postura crítica quando não marxista, foi surpreendente. Não seria exagero afirmar que a maioria dos quadros médios dos órgãos estatais e paraestatais em funções de planejamento e similares era formado por “intelectuais críticos”, inclusive no período do governo Médici. Em muitos casos em instituições e fundações estatais ou estaduais, ou no próprio governo federal, alcançaram cargos de direção na estrutura burocrática. Nesse contexto, é de se admirar o triplo processo de absorção de intelectuais sem cooptação ideológica, de acúmulo de poder de decisão burocrática sem maiores conseqüências políticas, e de “convivência pacífica” entre o regime autoritário e uma intelectualidade contestadora.

Particularmente admirável foi o *quantum* de posições de poder que os economistas ocuparam já nesse período. A forma de legitimação do regime, o crescimento econômico, colocou o economista e seu discurso como autoridade competente seja para representar ou para criticar o regime. Apesar dos desacordos com a visão social e política do regime militar, sua tendência estatizante, centralizadora e favorável ao planejamento criou um amplo espaço de afinidade entre economistas (e engenheiros) de esquerda e a administração pública.⁷

Essa situação deu continuidade à característica relação, no Brasil, de clientelismo e cooptação entre o poder e as classes médias. Ela foi ao encontro das necessidades de expansão e modernização dos aparelhos de Estado num contexto em que o regime militar não tinha maior capacidade de ganhar ideologicamente uma parte importante da intelectualidade, ao mesmo tempo que a concentração do poder político neutralizava o poder eventual dos níveis médios de decisão.

Assim, a modernização dos aparelhos de Estado durante a ditadura militar se deu em grande medida pela formação e integração de profissionais nas novas agências de planejamento. Foram esses núcleos nos aparelhos de Estado que absorveram parte importante dos pós-graduados em ciências sociais — e por vezes do

próprio corpo docente — e que determinaram os termos e temáticas dos financiamentos à pesquisa nas ciências sociais. Embora os controles tenham sido limitados, e os apoios generosos, mais do que influir no conteúdo da pesquisa esses financiamentos tiveram como efeito uma generalização de um novo tipo de acadêmico-técnico, de universitário que adquire uma dimensão tecnocrática. Assim, a velha oposição USP/ISEB se dissolveu na prática num novo tipo de cientista social com formação acadêmica sólida e visão crítica da sociedade, mas que funciona como especialista (técnico ou consultor) de instituições públicas.

A metamorfose intelectual do cientista social universitário foi consolidada com a transformação da pesquisa em fonte fundamental de complementação salarial. O que deveria ser uma situação excepcional no meio acadêmico se transformou quase em norma, em particular a partir da instabilidade salarial produzida pela aceleração do processo inflacionário.

O campo das ciências sociais

Um dos fatos mais marcantes nos anos 70 foi o declínio da influência da sociologia no seio das ciências sociais. Essa queda obviamente não pode ser creditada à incapacidade dos sociólogos, ainda mais quando muitos destes se transformaram em cientistas políticos ou mesmo antropólogos. Igualmente não pode ser relacionada a uma diminuição do número de centros de pós-graduação em sociologia, já que estes continuaram sendo majoritários. Enquanto a antropologia possuía um nicho específico, os índios, e sua afinidade com a problemática cultural lhe permitiu ocupar amplos espaços em certas áreas — em particular os estudos da religião — a ciência política tinha na pesquisa dos partidos, das eleições e da estrutura de governo um campo claramente delimitado, a sociologia via-se em dificuldades de encontrar rumo próprio.⁸

A valorização da ciência política e da economia não deixou de ser um produto das urgências criadas pelo regime autoritário e da luta pela democratização. Um Estado forte — o tema do poder

político — e o crescimento econômico — o tema do modelo econômico, substituídos posteriormente pela problemática de criação de partidos políticos e a análise das eleições, e a inflação na área econômica, serão as questões que darão as coordenadas do debate intelectual no período.

Esses temas e as respectivas disciplinas passaram a ter um lugar proeminente, “colonizando” outras disciplinais sociais, sendo difícil os conceitos de “acumulação” e de “Estado” não figurarem no título das teses no período. A antropologia, cujos temas se deslocaram progressivamente de preocupações indigenistas para questões rurais e urbanas, conseguiu manter a sensibilidade pelas expressões fenomenológicas do cotidiano e pelas dimensões culturais da vida social, num clima dominado pela análise de processos e forças *estruturais* e uma sociologia que não conseguia se dissociar da economia política.

O surgimento de novas manifestações de participação popular — a ascensão dos movimentos sociais e sindicais — renovou, a partir de meados da década de 70, a preocupação com as dimensões sociológicas da sociedade brasileira. Essas novas análises estão intimamente ligadas à preocupação política de promover a auto-organização das classes populares. Esse posicionamento muitas vezes acarretou a recusa de uma teorização ou interpretação dos fenômenos que não se ajustasse ao modelo idealizado do que fosse a consciência atual ou passada do povo.

Cabe ainda mencionar uma constante nos trabalhos produzidos pelas ciências sociais no período: a quase total concentração da pesquisa em temas relacionados ao Brasil, regra da qual, como vimos, o Cebrap não fugiu. A falta de estudos comparados de outras realidades nacionais — inclusive a latino-americana — ou do sistema internacional pode ser imputada tanto à procura de temas de pesquisa comprometidos com os grandes problemas sociais, e as urgências de enfrentar e compreender as profundas transformações sociais do país, como ao tradicional insularismo brasileiro e a uma agenda de pesquisa determinada por órgãos públicos de financiamento.

Impressiona, em particular, o desperdício de oportunidades refletido pelos temas escolhidos pelos doutorandos formados no exterior. No lugar de aproveitar tais experiências para estudar e pesquisar outras sociedades, o que aumentaria posteriormente o horizonte da pesquisa sobre a realidade brasileira, a quase totalidade dos estudantes brasileiros em ciências sociais realizou teses de doutorado, no exterior, sobre o Brasil, inclusive sobre temas para os quais os professores e as bibliotecas estrangeiros não estavam, muitas vezes, especialmente preparados.

A falta de autonomia e de flexibilidade financeira e administrativa da universidade e a diluição do poder decisório levaram pesquisadores de maior peso acadêmico a criar centros de pesquisa autônomos. Assim, a partir da segunda metade da década de 70, esses centros se expandem, particularmente em São Paulo, na forma de Organizações Não Governamentais (ONGs) dedicadas à pesquisa. Diferentemente de seu precedente imediato mais importante, o Cebrap, esses organismos não surgem como refúgio frente a cassações dos direitos de trabalho na universidade, mas como um marco complementar de poder e de renda onde professores universitários desenvolvem suas pesquisas.

Esse tipo de instituição apresenta por sua vez importantes realizações, mas tem igualmente óbvias limitações. Na medida em que expressam uma vontade coletiva e um certo “projeto” comum, asseguram um nível de dedicação e produção intelectual incomparavelmente maior que a média universitária. Por outro lado, pela dependência de captação de recursos externos se vêem compelidas a trabalhos de pesquisa com temáticas muitas vezes impostas pela fonte financiadora. Esse tipo de pesquisa obriga igualmente a produzir resultados dentro de prazos e ritmos que nem sempre são adequados ao *tempo* de criação intelectual.

Apesar da dificuldade de cristalização de um *ethos* científico, a comunidade científica apresentou uma impressionante coesão na defesa de seus interesses corporativos. As várias mobilizações dos professores universitários na segunda metade dos anos 70, em particular nas universidades federais, foram relativamente bem-su-

cedidas e permitiram a organização e consolidação do sindicato de professores universitários, a Andes.

Esse alto nível de consciência corporativa, embora tenha criado uma importante capacidade de luta na defesa dos interesses de seus membros, não deixou de ter efeitos negativos. Na defesa da estabilidade do emprego vitalício, como é o caso das universidades estaduais e federais, terminou-se favorecendo a integração de professores não concursados no quadro permanente. Neste ponto, paradoxalmente, converge o Estado que teima em tratar a universidade como repartição pública e ao professor como burocrata, e a categoria de professores que na defesa de seus interesses corporativos termina por afirmar, em forma até extrema, a desvalorização do mérito acadêmico.

Um dos resultados negativos da “greve vitoriosa” de 1980 foi a institucionalização de uma carreira de professor em que a progressão funcional pode ser realizada, de fato, sem considerar critérios de ordem científica. O não-reconhecimento da produção intelectual e sua qualidade no sistema de incentivos funcionais resultaram no desestímulo da produção científica e muitas vezes transformaram trabalhos de tese de doutorado no “momento de chegada”, no principal ou único trabalho de fôlego do cientista social, quando deveria ser o ponto de partida da produção acadêmica.

Na medida em que a defesa dos interesses corporativos não se dissocia de forma precisa dos problemas de formulação de alternativas para a universidade como centro de produção científica, as confusões entre ambas podem ter resultados dolorosos. Os cientistas sociais não estão imunes aos vícios de clientelismo, protecionismo e patriarcalismo que caracterizam a sociedade brasileira, o que tende a limitar a competitividade, a renovação e a transformação dos cursos e disciplinas.

Cabe ainda mencionar como expressão sintomática das dificuldades de institucionalização das ciências sociais no Brasil a inexistência de um número relevante de revistas especializadas com periodicidade assegurada e com debates de fundo que expressem

os problemas básicos de produção e circulação de idéias nas ciências sociais.

A regularidade de um, ou vários periódicos, só se assegura na medida em que se cria um clima de debate e de confronto de idéias e através de críticas e respostas vai se formando e assegurando um fluxo de trabalhos. Esse clima intelectual ainda não chegou a se consolidar suficientemente no Brasil, onde, frente às exigências da individualidade científica, ainda pesam compromissos e lealdades pessoais e institucionais. Assim, nesse contexto, em que a crítica é substituída pela “pichação” ou “badalação”, pode ser aconselhável não colocar por escrito opiniões que possam levar certo “risco” a seus autores.

A instabilidade, não do emprego mas das condições de trabalho, continua sendo muito grande. O poliemprego passou a ser uma saída natural, acompanhado geralmente por um certo sentimento de frustração e descrença perante o trabalho de *institution-building* e o debate científico.

O crescimento das ciências sociais nas últimas décadas no Brasil foi acompanhado por um processo de institucionalização através da formação de associações nacionais de pós-graduação e pesquisa em ciências sociais, economia e educação, que cumprem um papel fundamental como espaço de debate e de encontro acadêmico. A construção e consolidação de uma grande comunidade de cientistas implicou mudanças de estilo e conteúdo em relação aos *antigos* cientistas sociais. As modificações foram tanto temáticas como de estilo, como mostram as reduzidas tentativas de interpretação do desenvolvimento atual das ciências sociais no Brasil.⁹

Uma diferença intergeracional importante foi produzida pela expansão do número de cientistas sociais numa sociedade com forte mobilidade social, como foi o Brasil nos anos 70. Isto exigiu necessariamente a integração de contingentes com capital cultural limitado que a formação universitária e o esforço individual nem sempre são capazes de compensar. A diferença e até a oposição entre o ensaísmo erudito da antiga geração e o trabalho científico moderno marcam dois estilos de pensamento e, por vezes, de origens sociais diversas. O primeiro desenvolve seu pensamento com refe-

rência a uma imensa gama de conhecimentos, porém sem preocupação específica com os cânones do pensamento científico. Este último tem como referência básica um método de argumentação e de proposição de hipóteses na qual a erudição não é em si mesma um valor positivo.

O Cebrap não deixou de ser parte do movimento de ascensão, pelo processo de modernização da sociedade e dos aparelhos de Estado, das novas classes médias profissionalizantes. Mesmo na adversidade, o Cebrap teve uma situação incomparável aos demais institutos similares na América Latina: ele se desenvolveu no contexto de um *boom* das ciências sociais, promovido pelo regime militar ao qual se opunham parte considerável das elites intelectuais, apesar de favorecidas pelo crescimento econômico e pelas políticas de expansão e modernização do sistema científico e tecnológico.